



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA DA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE
ENERGIA ELÉTRICA EM MATO GROSSO

RELATÓRIO FINAL

Presidente: Deputado Estadual Faissal Calil

Relator: Deputado Estadual Gilberto Cattani

CUIABÁ - MT
2025

Presidente: Deputado Estadual Faissal Calil

Relator: Deputado Estadual Gilberto Cattani

Relatório final apresentado à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso como resultado dos trabalhos desenvolvidos pela Câmara Setorial Temática da Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica.

SUMÁRIO

1. COMPOSIÇÃO ATUAL DA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA	5
2. INTRODUÇÃO.....	6
3. REUNIÕES E TEMAS ABORDADOS	7
3.1. Reunião de Instalação (11 de abril de 2024)	7
3.2. Primeira Reunião (23 de maio de 2024): Sistema Tarifário Brasileiro e os Reajustes Tarifários de Energia Elétrica em Mato Grosso.....	7
3.3. Segunda Reunião (11 de julho de 2024): A Má Qualidade dos Serviços da ENERGISA MT e as Reclamações Dela Decorrentes	9
3.4. Terceira Reunião (24 de março de 2025): Avanços Técnicos e Regulatórios na Integração da Energia Solar em Mato Grosso: Desmistificando o Risco de Apagão	12
4. CONCLUSÕES DA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA DA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	14
5. ENCAMINHAMENTOS DA CST	15
6. CRONOGRAMA DE INVESTIMENTOS DA ENERGISA MT PARA O ANO DE 2024 E O NÚMERO ATUALIZADO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA FOTOVOLTAICA NO ESTADO DE MATO GROSSO.....	16
7. REGISTROS DE RECLAMAÇÕES CONTRA A ENERGISA MT NOS ÚLTIMOS 5 ANOS, CONFORME DADOS DO PROCON/MT	18
8. RELATÓRIO FINAL DA CPI DA ENERGIA ELÉTRICA EM MATO GROSSO	20
9. REFORÇO DA FISCALIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE DIRETRIZES REGULATÓRIAS AO ESTADO DE MATO GROSSO	21
10. ESTÍMULO À MODERNIZAÇÃO DA REDE ELÉTRICA E EXPANSÃO DAS FONTES LIMPAS COM EFICIÊNCIA, SUSTENTABILIDADE E SEGURANÇA..	22
11. AÇÕES LEGISLATIVAS E INSTITUCIONAIS DA ALMT PARA FORTALECER O SETOR ENERGÉTICO EM MATO GROSSO	23
11.1. Ações do Deputado Faissal Calil (Presidente da CST)	24
11.2. Ações do Deputado Gilberto Cattani (Relator da CST).....	24
11.3. Ações do Deputado Wilson Santos (Membro da CST).....	25
11.4. Ações do Deputado Diego Guimarães (Membro da CST).....	26
11.5. Outras Proposições Relevantes de Deputados da ALMT.....	26
12. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS EM SAPEZAL, ALTA FLORESTA E CONFRESA PARA APRESENTAR OS TRABALHOS DESTA CST E DEBATER OS SERVIÇOS PRESTADOS PELA ENERGISA MT	27
12.1. Audiência Pública – Sapezal	28

12.2. Audiência Pública – Alta Floresta	31
12.3. Audiência Pública – Confresa	34
13. ENCERRAMENTO	39

1. COMPOSIÇÃO ATUAL DA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA

(Ato nº 031/2024/SSL/ALMT - publicado no DOEAL/MT de 21 de novembro de 2024)

Presidente: Deputado Faissal

Relator: Deputado Gilberto Cattani

Secretário: Fábio Henrique Bittencourt de Oliveira

Membros:

- Deputado Wilson Santos
- Vereador Ailton Monteiro Dias – Município de Sapezal-MT
- Deputado Diego Guimarães
- Jonas da Costa Cruz – Representando a Associação Política Jovem (APJ)
- Luciana Miyabaiyashi – Representando a Associação dos Produtores de Feijão, Pulses, Grãos Especiais e Irrigantes de Mato Grosso (APROFIR)
- Xisto Bueno – Representando o Fórum Mato-grossense da Agropecuária
- Edmilson Pinho de Sá – Representando a Avaliações e Perícias Mato Grosso (APMT)
- Edvaldo Belisário dos Santos – Presidente do Conselho de Consumidores de Energia Elétrica de Mato Grosso, representando a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (FAMATO)
- Juliano Rafael Teixeira Enamoto – Procurador da Câmara Municipal de Sapezal-MT
- Alessandra Panizi Souza – Representando a Comissão de Direito de Energia da OAB/MT

2. INTRODUÇÃO

A Câmara Setorial Temática (CST) da Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica no Estado de Mato Grosso foi instituída em 12 de março de 2024, por meio do Ato nº 003/2024, mediante requerimento do Deputado Estadual Faissal Calil (Requerimento nº 63/2024). Sua composição foi posteriormente alterada pelo Ato nº 031/2024, de 14 de novembro de 2024, configurando a última modificação oficial dos membros.

A CST foi oficialmente instalada em 11 de abril de 2024, sob a presidência do Deputado Estadual Faissal Calil. O Deputado Estadual Gilberto Cattani atuou como relator e Fábio Henrique Bittencourt de Oliveira como secretário. A CST contou ainda com a participação dos Deputados Estaduais Diego Guimarães e Wilson Santos, do Vereador Ailton Monteiro Dias (Sapezal-MT), e de representantes de diversas entidades, como Jonas da Costa Cruz (Associação Política Jovem de Mato Grosso), Luciana Miyabaiyashi (APROFIR), Xisto Bueno (Fórum Mato-grossense da Agropecuária), Edmilson Pinho de Sá (APMT), Edvaldo Belisário dos Santos (FAMATO), Alessandra Panizi Souza (OAB/MT, SINDENERGIA e o Dr. Juliano Rafael Teixeira Enamoto (Procurador-Geral da Câmara de Sapezal), grande mentor desta CST.

O objetivo primordial da CST foi avaliar, acompanhar, discutir e propor medidas relacionadas à concessão do serviço público de energia elétrica em Mato Grosso. Para tanto, foram promovidas diversas reuniões que contaram com a ampla participação de representantes do poder público, da sociedade civil organizada e de especialistas da área energética, resultando em um processo de escuta qualificada, diagnóstico técnico e articulação institucional.

3. REUNIÕES E TEMAS ABORDADOS

3.1. Reunião de Instalação (11 de abril de 2024)

Na sessão inaugural, o presidente, Deputado Faissal Calil, declarou aberta a Câmara, apresentou seus membros e ressaltou a importância da iniciativa, considerando o histórico de deficiências no fornecimento de energia elétrica no estado. Foi enfatizada a necessidade de integrar representantes técnicos, jurídicos e políticos para desenvolver soluções concretas diante da insatisfação popular e da fragilidade regulatória. Destacou-se, ainda, que a CST serviria como um espaço para a voz ativa da população e das entidades impactadas pela má prestação dos serviços da concessionária.

3.2. Primeira Reunião (23 de maio de 2024): Sistema Tarifário Brasileiro e os Reajustes Tarifários de Energia Elétrica em Mato Grosso

A primeira reunião da Câmara Setorial Temática evidenciou a necessidade de uma nova abordagem para os problemas do setor elétrico em Mato Grosso, mais técnica, participativa e regionalizada. Isso se deu diante da constatação de que a CPI da Energia Elétrica anteriormente realizada na Assembleia Legislativa não alcançou os resultados esperados. Assim, a CST propôs-se a atuar com base em diagnósticos técnicos e na escuta qualificada da sociedade civil, empresários, engenheiros, representantes da OAB e órgãos de defesa do consumidor.

Durante os debates, foram relatados gargalos estruturais graves, como a incapacidade de expansão do fornecimento de energia em regiões como Confresa, onde a ausência de infraestrutura elétrica inviabiliza a instalação de novas empresas. O deputado Cláudio Ferreira, então relator da CST, ressaltou que a concessionária ENERGISA MT opera sob regime de monopólio natural, mas não entrega um serviço condizente com as necessidades do estado, mesmo tendo apresentado lucro superior a R\$ 1 bilhão em 2022. Diante disso, defendeu-se a reavaliação da concessão, dado seu impacto direto no desenvolvimento socioeconômico regional.

Na ocasião, o professor Jonas, representante da Associação Política Jovem (APJ), ministrou uma palestra técnica sobre o sistema tarifário brasileiro. Ele apresentou dados que posicionam Mato Grosso de forma preocupante no cenário nacional:

- 6ª tarifa mais cara do Brasil, com custo médio de R\$ 0,84/kWh (acima da média nacional de R\$ 0,73/kWh);
- Tempo médio anual de interrupção por unidade consumidora de 16 horas, também superior à média nacional (10,43h);
- Frequência média anual de interrupções por unidade de 6,83 vezes, frente à média nacional de 5 vezes.

O palestrante destacou que, apesar desses números, Mato Grosso figura entre os estados “melhores avaliados” pela ANEEL, o que ocorre devido aos critérios excessivamente permissivos da agência reguladora. Isso evidencia uma dissonância entre a experiência do consumidor e os parâmetros técnicos oficiais, mascarando deficiências reais na prestação do serviço.

Foram apresentados dados alarmantes sobre municípios com desempenho crítico:

- **Rondolândia:** 92 horas de interrupção em 2023, quase três vezes acima do limite tolerado (37h);
- **Lucas do Rio Verde, Rondonópolis e Sorriso:** ultrapassaram 60 horas de interrupções e até 61 quedas de energia em um único ano, quando o limite estabelecido seria de 21 ocorrências.

Casos práticos relatados incluíram perdas de produtividade em indústrias e laboratórios, cujos equipamentos precisam ser reinicializados após quedas de energia, gerando prejuízos econômicos significativos.

Na sequência, o professor Jonas explicou as três modalidades de reajuste tarifário autorizadas no Brasil:

- I. **Reajuste anual** – aplicado conforme contrato da distribuidora;
- II. **Revisão periódica** – realizada a cada cinco anos;
- III. **Revisão extraordinária** – utilizada para autorizar aumentos fora do calendário contratual, como fez a ENERGISA ao alegar prejuízos com a geração distribuída (energia solar), mesmo com lucros crescentes no período.

A crítica central apontada foi o fato de que, por atuar sem concorrência (monopólio natural), a concessionária tem condições de preservar sua rentabilidade

mesmo prestando um serviço insatisfatório, alimentando um ciclo perverso de ineficiência recompensada com aumentos tarifários.

A apresentação final abordou ainda a estrutura da tarifa de energia elétrica:

- **Parcela A:** refere-se aos custos não gerenciáveis pela distribuidora (energia comprada, encargos e transmissão);
- **Parcela B:** corresponde aos custos operacionais da própria distribuidora — sendo o foco dos reajustes regulatórios.

Por fim, foi abordado o chamado “**Fator X**”, mecanismo regulatório adotado pela ANEEL nas revisões tarifárias periódicas. O Fator X funciona como um redutor aplicado às tarifas, com o objetivo de incentivar as concessionárias a buscarem ganhos de eficiência e produtividade ao longo do tempo. Em tese, ele antecipa os ganhos esperados com a melhoria da gestão e os repassa previamente ao consumidor, reduzindo os reajustes.

Entretanto, segundo o professor, o modelo atual apresenta fragilidades. O cálculo do Fator X utiliza projeções e parâmetros que nem sempre refletem a realidade local e não considera, de forma direta, a insatisfação dos consumidores, o número de interrupções ou os prejuízos causados por falhas no fornecimento. Dessa forma, mesmo com desempenho insatisfatório, a distribuidora pode ser beneficiada por ganhos regulatórios, perpetuando um ciclo de ineficiência.

Diante disso, foi sugerida a revisão urgente da metodologia aplicada pela ANEEL, com a inclusão de métricas mais rigorosas de qualidade e atendimento. Em estados como Mato Grosso, onde há deficiências crônicas na prestação dos serviços, é fundamental que instrumentos regulatórios como o Fator X atuem de forma mais eficaz como mecanismos de correção e estímulo à melhoria contínua.

3.3. Segunda Reunião (11 de julho de 2024): A Má Qualidade dos Serviços da ENERGISA MT e as Reclamações Dela Decorrentes

A segunda reunião da Câmara Setorial Temática concentrou-se na análise das reclamações dos consumidores em relação à qualidade dos serviços prestados pela concessionária ENERGISA Mato Grosso. Os depoimentos e exposições técnicas

apresentaram um panorama preocupante, reforçando o cenário de insatisfação generalizada e ineficiência no atendimento.

Carlos Lourenço, sócio da empresa Geox e agricultor no município de Juína, relatou a grave situação enfrentada por mais de 158 moradores da zona rural da região, incluindo 40 famílias, uma escola e 12 poços artesianos. Desde 2016, essas unidades sofrem com quedas constantes de energia elétrica, afetando diretamente o cotidiano e a produtividade local. Mesmo após decisão judicial favorável obrigando a ENERGISA a realizar melhorias e a indenizar os prejudicados, a concessionária não cumpriu integralmente as determinações judiciais, o que evidencia não apenas falhas operacionais, mas também descumprimento de decisões legais.

Durante a reunião, o procurador da Câmara Municipal de Sapezal, Dr. Juliano Rafael, elogiou a atuação da CST e sugeriu a realização de uma nova reunião no município de Rondolândia — considerado o mais afetado por apagões em 2023 — como forma de ampliar a participação de localidades com deficiências severas e dar visibilidade às situações de vulnerabilidade energética.

A palestrante principal foi da senhora Luciana Miyabaiyashi, representante da Associação dos Produtores de Feijão, Pulses, Grãos Especiais e Irrigantes de Mato Grosso (APROFIR), que apresentou um diagnóstico estatístico preocupante da atuação da concessionária. De acordo com os dados levantados, 41,13% dos consumidores mato-grossenses se declararam insatisfeitos com os serviços prestados pela ENERGISA, e 50,80% afirmaram que trocariam de fornecedora, caso houvesse opção no mercado. A distribuidora ocupa atualmente a 34ª colocação no ranking nacional de satisfação entre as concessionárias avaliadas. Em 2024, houve aumento expressivo nas reclamações, especialmente relacionadas a tensões instáveis e precárias, com impacto significativo no setor agropecuário. Um vídeo do projeto “Patrulheiro Agro” exibido na reunião evidenciou prejuízos como perda de produtividade, interrupção de safra e fechamento de aviários, todos provocados pela instabilidade no fornecimento.

Os dados também revelaram mais de 58 mil protocolos de reclamações registrados contra a ENERGISA no período de 12 meses, com forte indicativo de subnotificação e queda na qualidade do atendimento. Esse volume expressivo consolida a percepção pública de desrespeito ao consumidor e má prestação de serviço.

A Dra. Alessandra Panizi Souza, representante da Comissão de Direito da Energia da OAB/MT, defendeu o fortalecimento jurídico dos órgãos de defesa do consumidor, como os PROCONs estaduais e municipais. Ela propôs a descentralização do modelo regulatório atual, hoje concentrado na ANEEL em Brasília, para permitir maior autonomia legislativa e fiscalizatória aos estados. Segundo ela, essa medida ampliaria a capacidade de resposta local e estimularia o engajamento da sociedade civil na defesa de seus direitos energéticos.

A Coordenadora de Atendimento do PROCON/MT, Dra. Maria Cândida, apresentou os principais gargalos enfrentados pelos consumidores:

1. Dificuldade em obter ressarcimento por danos a equipamentos;
2. Cobranças indevidas e falta de transparência na fatura;
3. Deficiência nos canais de atendimento da concessionária.

O Dr. Jeferson Neves, Conciliador de Defesa do Consumidor do PROCON/MT, relatou casos emblemáticos, como o de um pequeno produtor que perdeu sua produção devido à falta prolongada de energia elétrica, evidenciando a sobrecarga do órgão diante da ineficiência sistêmica da concessionária. Ele propôs uma articulação institucional entre a Assembleia Legislativa de MT e a AGER-MT, com o objetivo de ampliar os mecanismos de fiscalização e garantir maior resolutividade das demandas apresentadas pela população.

Ao final da reunião, o presidente da CST, deputado Faissal Calil, destacou que menos de 5% das reclamações recebidas referem-se a interrupções ou oscilações elétricas, sendo a maioria relacionada a cobranças indevidas e problemas na aferição de medidores. Reforçou que o consumidor tem direito à verificação técnica dos medidores, e, constatada qualquer falha, à devida restituição dos valores cobrados indevidamente. Por fim, anunciou que a temática da energia solar será debatida nas próximas reuniões da CST, como parte do compromisso com soluções sustentáveis e estruturantes para o sistema energético de Mato Grosso.

3.4. Terceira Reunião (24 de março de 2025): Avanços Técnicos e Regulatórios na Integração da Energia Solar em Mato Grosso: Desmistificando o Risco de Apagão

A terceira e última reunião da Câmara Setorial Temática abordou os avanços técnicos e regulatórios relacionados à expansão da energia solar em Mato Grosso, com foco especial na desmistificação do chamado “risco de apagão”. A exposição principal foi conduzida pelo Professor da UFMT Dr. Filipe Matos de Vasconcelos, engenheiro elétrico, doutor em Sistemas Elétricos de Potência e especialista em energias renováveis e novas tecnologias, que apresentou um panorama detalhado sobre o protagonismo de Mato Grosso na geração distribuída (GD) e os desafios decorrentes de seu crescimento acelerado.

Segundo o professor, o estado já ocupa uma posição de destaque no cenário nacional, com os seguintes indicadores:

- 2,3 GW de capacidade instalada em geração distribuída solar, o que posiciona Mato Grosso como o 5º estado com maior potência instalada no país;
- Expectativa de crescimento de 55% até 2029, com previsão de ultrapassar os 4 GW de capacidade instalada;
- Previsão de que a geração distribuída solar ultrapasse 145% da demanda máxima estadual até o final da década, colocando Mato Grosso como líder nacional em penetração de energia solar no sistema elétrico.

Esse avanço é considerado uma verdadeira revolução energética em curso, mas, conforme alertado na apresentação, requer medidas estruturais urgentes para assegurar a estabilidade, confiabilidade e eficiência do sistema.

Apesar dos números expressivos, o professor alertou para riscos técnicos e operacionais que podem surgir caso a expansão ocorra sem o devido acompanhamento em infraestrutura:

1. Fluxo reverso de energia nas subestações, gerando instabilidade e sobrecarga nos equipamentos;
2. Sobrecarga de transformadores e dificuldade no controle de tensão e frequência;

3. Ocorrência da chamada “curva do pato”, fenômeno causado pela variação entre a geração solar e a demanda no período noturno, que pressiona o sistema a responder rapidamente às oscilações;
4. Atrasos nas obras de reforço e modernização da infraestrutura elétrica, incluindo obras sob responsabilidade da concessionária.

Apesar dessas fragilidades, o palestrante reforçou que não há risco iminente de apagão, desde que os investimentos previstos no setor avancem de forma coordenada e conforme os cronogramas estabelecidos.

Como alternativas estratégicas para mitigar os riscos e garantir a continuidade sustentável do crescimento da geração solar, o professor apresentou as seguintes medidas:

1. Reforço da infraestrutura física, com instalação de novos transformadores e ampliação da capacidade das subestações;
2. Atualização regulatória, com revisão das normas da ANEEL para adequação à nova realidade técnica e operacional das distribuidoras;
3. Ampliação do uso de sistemas de armazenamento de energia (baterias), ressaltando a queda nos custos e o aumento da viabilidade técnica, com exemplos bem-sucedidos como os projetos implantados na Califórnia (EUA).

O professor também mencionou diretrizes previstas no Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), elaborado pela EPE e pelo MME, que projeta mais de 56 GW de capacidade instalada de energia solar no Brasil até 2029, o que reforça a relevância da articulação entre planejamento nacional e ações estaduais.

Durante os debates, o deputado federal por Mato Grosso, Nelson Barbudo, manifestou apoio político à pauta e colocou-se à disposição para articular avanços junto ao Congresso Nacional e aos ministérios competentes em Brasília.

Na sequência, o empresário Thiago, representante do SINDENERGIA MT, destacou a necessidade de desenvolver modelos híbridos com baterias, criticando a atual dependência de fontes térmicas como backup da geração solar, por serem mais caras, poluentes e desalinhadas com a lógica de sustentabilidade do setor.

O presidente da CST, deputado Faissal Calil, encerrou a reunião enfatizando a qualidade técnica das informações apresentadas, a importância estratégica da energia solar para a sustentabilidade ambiental e energética do estado, e reafirmou o compromisso da Assembleia Legislativa com uma atuação fiscalizatória eficiente e propositiva.

Ressaltou ainda o papel da Câmara Setorial Temática como instrumento institucional de escuta, formulação de propostas e articulação entre os setores técnico, político e social, com o objetivo de construir soluções práticas, sustentáveis e alinhadas à realidade regional de Mato Grosso.

4. CONCLUSÕES DA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA DA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Câmara Setorial Temática da Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica consolidou-se como um espaço qualificado de diálogo técnico, jurídico e político, voltado à análise crítica do setor elétrico em Mato Grosso. Ao longo de seus trabalhos, a CST desempenhou um papel estratégico ao identificar com precisão os principais entraves enfrentados pelos consumidores e pelo Estado no que se refere à prestação dos serviços da concessionária ENERGISA/MT.

Entre as principais deficiências observadas, destacam-se:

- A baixa qualidade do fornecimento de energia;
- A ocorrência recorrente de interrupções;
- A elevação contínua das tarifas;
- A ausência de investimentos estruturantes eficazes; e
- A fragilidade dos canais de atendimento e mediação com os usuários.

Esses elementos indicam a necessidade urgente de fortalecer a atuação dos órgãos fiscalizadores, estimular a adoção de fontes renováveis, especialmente a energia solar, e ampliar a capacidade de intervenção do Estado nas políticas públicas do setor elétrico, tanto por meio da legislação quanto da regulação e fiscalização.

Os membros da CST avaliaram que os debates promovidos cumpriram com êxito os objetivos propostos. As reuniões permitiram a construção de um diagnóstico abrangente, baseado em dados técnicos, relatos da sociedade civil e contribuições especializadas. Esse processo resultou em encaminhamentos legislativos e institucionais concretos, com potencial para gerar impactos positivos na formulação, regulação e fiscalização da política energética de Mato Grosso.

A experiência da CST reafirma o papel da Assembleia Legislativa como instância legítima de escuta, articulação e proposição de soluções estruturantes para garantir um serviço público de energia elétrica eficiente, justo, sustentável e alinhado às demandas da população mato-grossense.

5. ENCAMINHAMENTOS DA CST

A partir dos debates realizados, das manifestações da sociedade civil e das análises técnicas apresentadas, a Câmara Setorial Temática definiu um conjunto de encaminhamentos com o objetivo de subsidiar ações concretas voltadas à melhoria da prestação do serviço público de energia elétrica em Mato Grosso. Tais medidas visam fortalecer a regulação, ampliar a fiscalização, estimular a sustentabilidade energética e garantir maior transparência e participação social no setor. São elas:

1. Solicitar à concessionária ENERGISA MT o cronograma de investimentos previsto para o ano de 2024, bem como o número atualizado de unidades consumidoras com geração fotovoltaica conectadas à rede em Mato Grosso, visando avaliar a capacidade de expansão da infraestrutura elétrica frente ao crescimento da geração distribuída;
2. Requisitar ao PROCON/MT os registros de reclamações contra a ENERGISA MT nos últimos cinco anos, com o intuito de mapear padrões recorrentes de falhas, identificar gargalos no atendimento ao consumidor e subsidiar medidas corretivas junto aos órgãos competentes;
3. Solicitar à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT) o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Energia Elétrica, para

integração das conclusões e recomendações ao presente relatório da CST, fortalecendo a base institucional das propostas apresentadas;

4. Propor a realização de audiências públicas regionais em municípios estratégicos como Sapezal, Alta Floresta e Confresa, com o objetivo de regionalizar o debate, ampliar a escuta da população e aprofundar o diagnóstico sobre os serviços prestados pela concessionária em diferentes regiões do estado;
5. Articular com os órgãos reguladores, especialmente a AGER/MT e a ANEEL, a adoção de medidas mais rigorosas de fiscalização, bem como a construção de diretrizes regulatórias específicas para Mato Grosso, considerando as particularidades socioeconômicas, climáticas e geográficas do estado;
6. Estimular a modernização da infraestrutura elétrica estadual e a ampliação do uso de fontes limpas e renováveis, com ênfase na energia solar, de modo a promover maior eficiência energética, sustentabilidade ambiental e segurança no fornecimento de energia à população;
7. Propor a elaboração de legislação estadual complementar que amplie o protagonismo do Estado na fiscalização da distribuição de energia elétrica, reforçando a capacidade de atuação institucional frente às concessionárias, inclusive em aspectos técnicos, operacionais e de proteção ao consumidor.

6. CRONOGRAMA DE INVESTIMENTOS DA ENERGISA MT PARA O ANO DE 2024 E O NÚMERO ATUALIZADO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA FOTOVOLTAICA NO ESTADO DE MATO GROSSO

Em resposta ao ofício encaminhado pela Câmara Setorial Temática, a concessionária ENERGISA MT informou o cronograma de investimentos previsto para o ano de 2024, como parte do ciclo plurianual 2023–2025. Segundo o documento, o plano contempla mais de R\$ 630 milhões em investimentos distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 300 milhões voltados à qualidade e expansão da rede de distribuição;
- R\$ 193 milhões destinados à implantação e modernização de linhas de distribuição;
- R\$ 134 milhões em infraestrutura de subestações;
- R\$ 6,7 milhões direcionados a linhas de transmissão.

Entre as obras de destaque estão:

- A energização da nova Subestação Morro da Mesa, no município de Poxoréu;
- A implantação de novas subestações em Primavera do Leste, Sorriso e Comodoro;
- A ampliação da capacidade instalada em subestações localizadas em Cuiabá, Várzea Grande, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo do Parecis, São José do Rio Claro, Sinop, entre outros municípios.

Os investimentos também abrangem frentes estratégicas como:

- Ligação de novas cargas;
- Combate às perdas técnicas e comerciais;
- Atendimento ao cliente;
- Digitalização de processos operacionais;
- Renovação e modernização de infraestrutura obsoleta.

A concessionária informou que parte das obras já está em execução, enquanto outras ainda se encontram em fase de projeto ou levantamento de campo. O cronograma, segundo a própria ENERGISA, pode sofrer alterações em função de fatores como processos de licenciamento ambiental, aquisição de equipamentos, e variações na demanda do mercado. Tal cenário reforça a importância do acompanhamento contínuo e sistemático da CST sobre a execução efetiva desses investimentos, a fim de assegurar que os recursos sejam aplicados com eficácia e se traduzam em benefícios concretos à população mato-grossense.

No que se refere à geração distribuída fotovoltaica, os dados mais recentes apontam que, até abril de 2025, Mato Grosso contava com mais de 221 mil unidades consumidoras abastecidas por energia solar, distribuídas em mais de 170 mil conexões. Com isso, o estado consolidou-se como o 5º maior do país em potência instalada de geração distribuída.

Somente no primeiro trimestre de 2025, foram registradas 29.832 novas unidades consumidoras com energia solar, o que posiciona Mato Grosso entre os estados com maior crescimento percentual no segmento. O município de Cuiabá ocupa posição de liderança nacional no consumo de energia solar em centros urbanos, com 79,9 MW instalados, o que representa 16,9% da potência solar instalada em todo o estado.

Esse avanço expressivo reflete a crescente adesão da população a fontes de energia mais limpas, econômicas e sustentáveis, motivada, sobretudo, pelos elevados custos da energia elétrica convencional e pela busca por maior autonomia energética.

7. REGISTROS DE RECLAMAÇÕES CONTRA A ENERGISA MT NOS ÚLTIMOS 5 ANOS, CONFORME DADOS DO PROCON/MT

Em 28 de maio de 2024, a Câmara Setorial Temática da Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica no Estado de Mato Grosso encaminhou ofício à Superintendência do Procon-MT solicitando o envio de dados atualizados sobre reclamações contra a empresa ENERGISA MT nos últimos cinco anos. Até a finalização deste relatório, o referido órgão ainda não havia encaminhado resposta formal.

Diante disso, foram reunidas, para fins deste capítulo, informações públicas obtidas diretamente em fontes oficiais do Procon-MT, como relatórios anuais de Reclamações Fundamentadas, boletins informativos e publicações institucionais no site www.procon.mt.gov.br. O objetivo é demonstrar a evolução do volume de reclamações fundamentadas contra a concessionária, os principais motivos das queixas e os índices de resolutividade registrados ano a ano.

Em **2019**, o Procon-MT contabilizou 42.848 atendimentos, sendo 9.437 especificamente relacionados à energia elétrica. Segundo declaração da então secretária-adjunta Gisela Simona em audiência pública da Assembleia Legislativa, aproximadamente 90% dessas reclamações tratavam de cobranças indevidas ou abusivas por parte da concessionária Energisa MT (Fonte: CPI da Energisa – ALMT, nov. 2019).

Em **2020**, não houve publicação oficial do Cadastro de Reclamações Fundamentadas com detalhamento por empresa. Contudo, boletins mensais do Procon-MT indicam que, em abril, por exemplo, o setor “Água, Energia e Gás” registrou 192 reclamações apenas no consumidor.gov.br, ocupando o terceiro lugar em volume de queixas, atrás apenas dos setores financeiro e de telecomunicações (Fonte: Procon-MT – Boletim Informativo, abril de 2020).

O ano de **2021** trouxe dados mais precisos. A Energisa foi a empresa mais reclamada na área de energia elétrica e figurou entre as campeãs de resolutividade, com um índice de 83,43% das reclamações solucionadas, segundo o Cadastro de Reclamações Fundamentadas do Procon-MT daquele ano. O principal problema relatado nesse período continuou sendo a cobrança indevida nas faturas (Fonte: Procon-MT – Cadastro 2021).

Em **2022**, os dados apontam uma piora significativa no atendimento às demandas. A Energisa liderou o ranking estadual, com 1.435 reclamações fundamentadas registradas, mas solucionou apenas 25,22% dos casos, sendo classificada entre as dez empresas que menos resolvem as demandas do consumidor no estado. O Procon-MT também apontou que o tipo mais comum de reclamação permaneceu relacionado a cobranças indevidas de energia (Fonte: Procon-MT – Cadastro 2022, publicado em março de 2023).

Para os anos de **2023 e 2024**, até a data de finalização deste relatório, o Procon-MT ainda não havia publicado os dados consolidados. Entretanto, comunicados e entrevistas divulgados em veículos oficiais confirmam que a Energisa continua figurando entre as empresas com maior volume de queixas, mantendo como principal problema as cobranças indevidas nas faturas de energia elétrica.

Esses dados reforçam a percepção social recorrente sobre os serviços prestados pela Energisa Mato Grosso: falta de transparência nas cobranças, dificuldades no atendimento e resistência à conciliação administrativa. A redução do índice de resolutividade entre 2021 e 2022, passando de 83,43% para 25,22%, evidencia uma piora relevante na capacidade da empresa em solucionar conflitos com os consumidores por meio dos canais institucionais.

A continuidade desse cenário justifica a atuação desta Câmara Setorial Temática e reforça a necessidade de medidas legislativas e regulatórias que assegurem maior proteção ao consumidor, ampliação da fiscalização e mais transparência na relação entre a concessionária e os usuários do serviço público de energia elétrica em Mato Grosso.

8. RELATÓRIO FINAL DA CPI DA ENERGIA ELÉTRICA EM MATO GROSSO

Atendendo à solicitação da Câmara Setorial Temática da Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica no Estado de Mato Grosso, a Presidência da Assembleia Legislativa encaminhou, com presteza, o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Energia Elétrica, que investigou falhas, abusos e deficiências na prestação dos serviços realizados pela concessionária Energisa/MT.

A CPI foi instaurada em resposta às constantes reclamações da população, à insatisfação com os reajustes tarifários sucessivos e à percepção generalizada de que o serviço de energia elétrica no estado apresentava qualidade insatisfatória, sobretudo em regiões rurais e municípios do interior. Durante os trabalhos, foram realizados diversos depoimentos, diligências técnicas, audiências públicas e análise de documentos oficiais, contratos de concessão e dados regulatórios.

O relatório final revelou uma série de falhas operacionais por parte da concessionária, como interrupções frequentes, infraestrutura defasada, demora nos atendimentos emergenciais e baixa transparência na composição das tarifas cobradas. Constatou-se que os indicadores de continuidade da distribuição de energia elétrica em Mato Grosso são piores que a média nacional, o que evidencia um serviço aquém do esperado.

Além das questões técnicas, o relatório também abordou aspectos jurídicos, identificando a existência de cláusulas do contrato de concessão que não estão sendo plenamente cumpridas, especialmente quanto à universalização do serviço e à eficiência dos atendimentos. A análise revelou que a fiscalização exercida pelos órgãos estaduais, notadamente pela AGER/MT, é insuficiente para garantir a qualidade do serviço e para assegurar a devida responsabilização da empresa por falhas reiteradas.

As consequências da má prestação de serviço foram amplamente documentadas pela CPI, incluindo prejuízos econômicos a agricultores, comerciantes e moradores, além de impactos sociais relevantes, como a interrupção de serviços públicos essenciais. O relatório demonstrou que muitas dessas falhas poderiam ser mitigadas com investimentos mais eficazes e com maior comprometimento da concessionária.

A CPI também identificou um aumento da judicialização envolvendo a concessionária, o que revela a ineficiência dos mecanismos administrativos de resolução de conflitos e a insatisfação dos consumidores diante da omissão da empresa. Além disso, a expansão da geração distribuída, especialmente a energia solar, foi tratada como um tema central, com destaque para a necessidade de adaptação da rede elétrica às novas demandas técnicas.

Por fim, o relatório apresenta um conjunto de recomendações institucionais para o poder legislativo estadual e para os órgãos competentes, sugerindo medidas para ampliar a transparência, fortalecer a fiscalização, modernizar a rede elétrica e garantir uma atuação mais firme do Estado frente às concessionárias. As conclusões da CPI dialogam diretamente com os encaminhamentos propostos pela Câmara Setorial Temática, reforçando a importância de políticas públicas mais eficientes e de uma regulação mais atuante e presente na defesa dos interesses dos consumidores de Mato Grosso.

9. REFORÇO DA FISCALIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE DIRETRIZES REGULATÓRIAS AO ESTADO DE MATO GROSSO

A criação da Câmara Setorial Temática (CST) da Energia Elétrica foi motivada pela constatação, feita pelo deputado Faissal Calil, de que o estado de Mato Grosso enfrenta tarifas elevadas e uma prestação de serviço deficiente por parte da concessionária responsável. Em 2023, o estado registrou a terceira energia elétrica mais cara do Brasil (R\$ 0,883/kWh), conforme dados oficiais, e apresentou uma das piores qualidades de fornecimento do país.

Com mais de 1,5 milhão de unidades consumidoras atendidas pela ENERGISA em Mato Grosso e 1.435 reclamações fundamentadas registradas em 2022, a necessidade de uma fiscalização mais eficaz e contínua tornou-se evidente. A participação de representantes do PROCON-MT nas reuniões técnicas da CST contribuiu para o levantamento de dados sobre interrupções, oscilações, demora no restabelecimento e falhas recorrentes no fornecimento de energia. Foi constatado que, embora os indicadores estejam formalmente dentro dos parâmetros mínimos exigidos, o serviço prestado em

Mato Grosso encontra-se aquém da média nacional, o que agrava o descontentamento da população diante dos altos custos.

Para embasar tecnicamente a atuação da CST, foram expedidos ofícios à ENERGISA solicitando o cronograma de investimentos previsto para 2024 e o número atualizado de unidades consumidoras com geração fotovoltaica — informações já incorporadas a este relatório. Também foram requisitados ao PROCON-MT os registros de reclamações dos últimos cinco anos contra a concessionária, utilizados na análise das recorrências e deficiências do serviço.

Outro ponto de atenção foi a proximidade do vencimento do contrato de concessão da ENERGISA, previsto para 2027. Dados revelam que os investimentos da concessionária diminuíram em 2023 (R\$ 1,109 bilhão), interrompendo a tendência de crescimento observada nos anos anteriores. Essa retração — comum nos últimos anos de vigência contratual — acende um alerta sobre a necessidade de cláusulas futuras que assegurem investimentos contínuos até o encerramento do contrato.

Com base nesse diagnóstico, a CST propõe que o novo contrato de concessão inclua metas rigorosas e vinculantes de investimento, desempenho técnico e ampliação da rede elétrica, alinhadas à realidade de expansão socioeconômica de Mato Grosso. Também recomenda a criação de instrumentos que garantam maior transparência, acompanhamento pelo poder público estadual e controle social da prestação do serviço.

10. ESTÍMULO À MODERNIZAÇÃO DA REDE ELÉTRICA E EXPANSÃO DAS FONTES LIMPAS COM EFICIÊNCIA, SUSTENTABILIDADE E SEGURANÇA

Desde sua instalação, a CST, sob coordenação do deputado Faissal Calil, manteve como diretriz o incentivo à modernização do sistema elétrico de Mato Grosso e à adoção de fontes limpas e sustentáveis, em especial a energia solar fotovoltaica. A Câmara reconhece o papel estratégico da micro e minigeração distribuída (MMGD) para a segurança energética, redução de custos e ampliação do acesso à energia no estado.

Na reunião técnica de 24 de março de 2025, foram apresentados dados do Plano de Operação Elétrica de Médio Prazo que projetam uma expansão acelerada da MMGD

em Mato Grosso. Atualmente com cerca de 2,3 GW de capacidade instalada, a previsão é que o estado ultrapasse 4 GW até 2029, atingindo 145% da demanda máxima projetada — o maior índice proporcional do país. Isso demonstra tanto o potencial da geração distribuída quanto a necessidade de adaptações na rede elétrica.

Entre os principais desafios técnicos apontados estão o esgotamento de transformadores, oscilação de tensão, demora nas ampliações de subestações e instabilidade em regiões com alta penetração solar. A CST defende a adoção de medidas proativas para evitar risco de sobrecarga no sistema, como a instalação de novos equipamentos, atualização de normas técnicas e reforço da infraestrutura de distribuição.

O presidente desta CST, deputado Faissal Calil também tem defendido o uso de tecnologias off-grid com baterias para atender comunidades remotas, desde que haja suporte adequado da rede convencional. Em sua visão, Mato Grosso precisa de uma rede inteligente, robusta e adaptada à realidade da energia renovável, tanto no campo quanto nas áreas urbanas.

Ainda no âmbito da modernização, tramita na ALMT o Projeto de Lei nº 2334/2023, de autoria do deputado Faissal Calil, que obriga concessionárias e permissionárias de energia e telecomunicações a organizar e remover cabos soltos ou inutilizados nos postes urbanos. A proposta busca resolver um problema crônico nos centros urbanos: a poluição visual e o risco à segurança causado pelo emaranhado de fios, especialmente em regiões periféricas.

11. AÇÕES LEGISLATIVAS E INSTITUCIONAIS DA ALMT PARA FORTALECER O SETOR ENERGÉTICO EM MATO GROSSO

Paralelamente ao trabalho técnico desenvolvido pela Câmara Setorial Temática da Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica em Mato Grosso, a Assembleia Legislativa do Estado (ALMT), por meio de seus deputados estaduais — em especial os membros da CST —, promoveu um conjunto de ações legislativas e institucionais voltadas ao fortalecimento da regulação, à ampliação da transparência e à defesa dos consumidores de energia elétrica no estado. As iniciativas aqui registradas representam esforços concretos para aprimorar o marco legal estadual, proteger o consumidor,

fiscalizar a atuação da concessionária e fomentar a expansão de fontes renováveis de energia.

11.1. Ações do Deputado Faissal Calil (Presidente da CST)

O deputado Faissal Calil liderou diversas frentes legislativas e judiciais com foco na redução da carga tributária sobre energia solar, no acesso à informação técnica das redes de distribuição e na proteção do consumidor frente a cobranças indevidas. Destacam-se:

- PLC nº 18/2021 – Garante isenção de ICMS sobre a TUSD para consumidores com geração solar até 2027. Após veto do Poder Executivo, o deputado articulou a derrubada do veto e a promulgação da Lei Complementar nº 696/2021.
- PL nº 897/2021 – Propõe a inclusão do § 7º ao artigo 2º da Lei nº 7.098/1998, determinando que a energia solar injetada na rede não constitui fato gerador de ICMS. O projeto foi aprovado pela ALMT, mas vetado pelo governador.
- PL nº 886/2025 – Obriga a concessionária ENERGISA a divulgar semestralmente dados atualizados sobre a capacidade de suas subestações quanto à conexão de geração distribuída, promovendo transparência e previsibilidade para consumidores e investidores.
- Ações judiciais (ADI e ADPF) – Atuou juridicamente para suspender a cobrança de ICMS sobre energia solar, especialmente de forma retroativa (2017 a 2021). A ADPF, ajuizada pela ALMT a seu pedido, resultou em liminar favorável, resguardando a segurança jurídica do setor de geração distribuída.
- Indicações ao Governo do Estado – Sugeriu a criação de linhas de crédito específicas, por meio da Desenvolve MT, para fomentar a microgeração solar e viabilizar a transição energética em áreas de maior vulnerabilidade tarifária.

11.2. Ações do Deputado Gilberto Cattani (Relator da CST)

O deputado Gilberto Cattani teve atuação destacada na proposição de medidas voltadas à garantia de atendimento contínuo e adequado nas áreas rurais, onde os problemas de fornecimento são mais intensos. Entre suas iniciativas, destacam-se:

- PL nº 587/2023 – Estabelece a obrigatoriedade de atendimento presencial 24 horas em localidades rurais com mais de 300 unidades consumidoras. Aprovado pela ALMT, o projeto foi vetado pelo Poder Executivo.
- PL nº 59/2024 (coautor) – Fixa o prazo máximo de 8 horas para o restabelecimento do fornecimento de energia em áreas rurais após falhas operacionais ou eventos climáticos. Aprovado pela ALMT, o projeto aguarda sanção.
- PL nº 340/2025 – Reapresenta a proposta de atendimento rural contínuo, reforçando a necessidade de infraestrutura local permanente por parte da concessionária.
- Atuação Fiscalizatória – Encaminhou requerimentos à ENERGISA solicitando dados técnicos e operacionais sobre regiões específicas, como Guarantã do Norte, contribuindo para o levantamento de falhas estruturais e para a proposição de respostas regulatórias por meio da CST.

11.3. Ações do Deputado Wilson Santos (Membro da CST)

Com foco em conscientização social, incentivo à sustentabilidade e democratização do acesso à informação, o deputado Wilson Santos desenvolveu proposições de grande impacto coletivo. Destacam-se:

- PL nº 1025/2023 – Cria o programa estadual de esclarecimento sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica, impondo obrigações às concessionárias para informar ativamente os consumidores elegíveis ao benefício.
- PL nº 1142/2024 – Institui diretrizes estaduais para promoção de energias renováveis, com foco em fontes como solar, hidráulica, biomassa e etanol. O projeto prevê incentivos fiscais, linhas de financiamento e uso obrigatório de biocombustíveis na frota pública.
- PLs anteriores – Autor de projetos como o PL nº 721/2019, que trata da instalação de energia solar em prédios públicos, aprovado em legislatura anterior, mas vetado pelo Executivo.
- Audiência Pública (maio/2025) – Propôs e presidiu audiência para debater a renovação da concessão da ENERGISA em Mato Grosso, abordando temas como tarifas justas, expansão de renováveis, regulação efetiva e atendimento a regiões isoladas.

- Indicações e articulação institucional – Atuou na mediação entre comunidades rurais e a concessionária, organizando reuniões para tratar de deficiências no fornecimento e buscar soluções diretas com a diretoria da empresa.

11.4. Ações do Deputado Diego Guimarães (Membro da CST)

O deputado Diego Guimarães concentrou sua atuação em projetos de infraestrutura rural e proteção do contribuinte, especialmente diante de cobranças irregulares. Entre suas principais ações, destacam-se:

- PL nº 1857/2024 – Cria o programa “MT Trifásico”, com o objetivo de expandir a rede trifásica no meio rural, com financiamento estadual e sem repasse de custos aos produtores, beneficiando diretamente atividades agroindustriais e de irrigação.
- Ação contra cobrança indevida de ICMS – Em 2024, denunciou à Promotoria do Consumidor a cobrança retroativa de ICMS sobre energia solar, promovendo articulação que resultou em suspensão judicial da prática.
- Código de Defesa do Contribuinte – Autor da lei que protege consumidores contra abusos tributários, utilizada como base jurídica contra a atuação da concessionária e da SEFAZ em cobranças retroativas.

11.5. Outras Proposições Relevantes de Deputados da ALMT

Além dos membros da CST, outros parlamentares da ALMT também apresentaram proposições importantes no tema energético. Entre elas:

- Deputado Delegado Claudinei (PSL) – Apoia integralmente o PL nº 897/2021, que trata da não incidência de ICMS sobre a energia injetada na rede por microgeradores.
- Deputada Janaína Riva (MDB) – Encaminhou indicações à ENERGISA para extensão da rede elétrica em aldeias indígenas e comunidades rurais isoladas.
- Deputado Eduardo Botelho (União Brasil) – Apresentou projetos de lei sobre notificação digital ao consumidor em caso de interrupção e incentivo a tecnologias limpas.
- Deputado Valdir Barranco (PT) – Propôs obrigatoriedade de medidores digitais com acesso remoto para os consumidores monitorarem seu consumo em tempo real.

Essas ações evidenciam que, mesmo com a predominância federal na regulação do setor elétrico, há espaço para legislações complementares estaduais que ampliem o controle social, fortaleçam o poder fiscalizatório da ALMT e promovam avanços em transparência, eficiência e equidade no serviço público de energia elétrica em Mato Grosso.

A Câmara Setorial Temática, ao encerrar seus trabalhos, recomenda que a ALMT dê continuidade às iniciativas legislativas aqui relatadas, bem como crie mecanismos permanentes de acompanhamento da concessão e da atuação da concessionária, assegurando o acesso da população mato-grossense a um serviço de energia elétrica confiável, justo, sustentável e compatível com as demandas econômicas e sociais do estado.

12. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS EM SAPEZAL, ALTA FLORESTA E CONFRESA PARA APRESENTAR OS TRABALHOS DESTA CST E DEBATER OS SERVIÇOS PRESTADOS PELA ENERGISA MT

Foi apresentado e lido na 33ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, realizada em 21 de maio de 2025, o Requerimento nº 280/2025, de autoria do deputado estadual Faissal Calil, que propõe a realização de Audiências Públicas nos municípios de Sapezal, Alta Floresta e Confresa.

As audiências terá como objetivo debater a qualidade do fornecimento de energia elétrica no estado, além de apresentar os resultados e encaminhamentos da Câmara Setorial Temática (CST) da Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica, presidida pelo parlamentar. A iniciativa visa promover o diálogo direto com a população, usuários do serviço, autoridades locais, órgãos reguladores e a concessionária ENERGISA MT, ampliando a escuta social e fortalecendo o controle público sobre os serviços essenciais.

As sessões estão programadas da seguinte forma:

- Sapezal – 06 de junho de 2025, às 19h, no Plenário da Câmara Municipal;
- Alta Floresta – 23 de junho de 2025, às 17h, no Plenário da Câmara Municipal;

- Confresa – 09 de julho de 2025, às 17h, no Plenário da Câmara Municipal.

Foram convocadas para participar das audiências representantes da ENERGISA Mato Grosso, AGER/MT, ANEEL, Ministério Público, Defensoria Pública, prefeituras, câmaras municipais, associações comerciais, sindicatos rurais, entidades do setor produtivo e organizações da sociedade civil.

A realização dessas audiências é considerada essencial para aproximar os debates da realidade vivenciada pelos consumidores mato-grossenses e para subsidiar futuras ações legislativas, institucionais e regulatórias em prol de um serviço de energia elétrica mais eficiente, acessível e justo em todo o estado.

12.1. Audiência Pública – Sapezal

A audiência pública realizada no município de Sapezal, no dia 6 de junho de 2025, às 19h, contou com a presença de autoridades estaduais, representantes da Câmara Setorial Temática da Energia Elétrica, lideranças locais, membros da sociedade civil organizada, empresários e moradores da região oeste de Mato Grosso. O encontro teve como objetivo discutir e buscar soluções para os recorrentes problemas no fornecimento de energia elétrica prestado pela concessionária Energisa.

O evento foi conduzido pelo deputado estadual Faissal Calil, presidente da Câmara Setorial Temática, que ressaltou a importância da participação popular para o fortalecimento do controle social e a fiscalização dos serviços públicos essenciais. Faissal destacou que a audiência faz parte de uma série de reuniões realizadas em diversas regiões do estado para ouvir a população, colher demandas e cobrar providências da concessionária e dos órgãos reguladores. Enfatizou também que a concessão da Energisa se encerra em 2027, e que a renovação dependerá da qualidade do serviço prestado, especialmente considerando o lucro expressivo da empresa em Mato Grosso — mais de R\$ 1 bilhão de lucro líquido anual.

Durante as manifestações da comunidade, foram relatados problemas crônicos relacionados a oscilações de tensão, quedas constantes e interrupções prolongadas de energia, que afetam tanto a área urbana quanto rural. Situações críticas foram apresentadas por moradores dos bairros Chácara do Dedé, Chácara do Pedrão, Jardim Alvorada e outras localidades. No bairro Alvorada, por exemplo, uma unidade básica de

saúde permaneceu três meses sem ser inaugurada devido à ausência de energia elétrica adequada, prejudicando diretamente o acesso da população a serviços essenciais de saúde.

O produtor rural Manoel Alves, da Chácara do Dedé, relatou que a energia na região é precária, com interrupções que chegam a durar mais de 24 horas, resultando na queima de equipamentos e em grandes prejuízos. Segundo ele, a concessionária frequentemente alega não possuir transformadores disponíveis, o que gera demora no restabelecimento do fornecimento.

O vereador Miguel Henrique reforçou as dificuldades enfrentadas por produtores da Gleba Juruena, onde mais de 40 solicitações para novas ligações permanecem sem resposta, mesmo com toda a documentação legalizada e infraestrutura pronta. Segundo ele, muitos agricultores são obrigados a recorrer a geradores a diesel, aumentando seus custos e comprometendo o desenvolvimento local.

O vereador Ezequiel Castro, de Campos de Júlio, destacou que o município sofre com a ausência de uma subestação própria, o que torna o fornecimento de energia instável e insuficiente para atrair novos investimentos. Ele cobrou da Energisa o cumprimento da promessa feita em novembro de 2024, que previa a construção de uma subestação até o final de 2025.

A Defensoria Pública, representada pela doutora Camila Santos, chamou atenção para o impacto das quedas de energia sobre famílias de baixa renda e pacientes em home care, que dependem de equipamentos médicos. Ela defendeu a criação de um canal de comunicação direto com a Energisa para resolver essas situações de forma célere e evitar riscos à vida. Também denunciou o elevado número de protestos de contas de pequeno valor, que geram custos excessivos a consumidores vulneráveis.

A advogada Isabela, representante da subseção da OAB, endossou a proposta de criação de um canal institucional com a concessionária, envolvendo OAB, Ministério Público, Procon e Defensoria, para resolução extrajudicial de conflitos. Reforçou ainda a necessidade de maior transparência da empresa no processo de ressarcimento por danos causados por falhas na rede.

Em resposta, o coordenador institucional da Energisa, Jorge Henrique, apresentou os investimentos previstos para Mato Grosso em 2025, que somam R\$ 1,6 bilhão, com

R\$ 62 milhões destinados especificamente à região oeste. Para Sapezal, foram anunciadas as seguintes ações:

- Duplicação da Subestação de Sapezal, com construção de uma derivação voltada ao atendimento das cargas rurais;
- Modernização das linhas de distribuição, com instalação de religadores automáticos nas áreas rurais;
- Construção de 55 km de rede de 34,5 kV e 14 km de rede de 13,8 kV, incluindo trifaseamento de redes rurais;
- Instalação de chaves telecomandadas e bancos reguladores de tensão, para permitir a identificação e correção de falhas remotamente;
- Reforço das equipes locais de manutenção, com ampliação do efetivo técnico e parceria com empreiteiras regionais, como a Sapezal Energia, para agilizar os atendimentos e disponibilizar equipamentos estratégicos;
- Mutirões de poda e conservação em parceria com sindicatos e produtores, para reduzir riscos durante o período chuvoso;
- Criação de um canal direto com a Defensoria Pública, OAB e Procon, a fim de evitar a judicialização e facilitar o atendimento a demandas sensíveis;
- Análise e regularização de ligações em áreas críticas, como as chácaras Dedé e Pedrão, bairro Alvorada, Manezinho, Gleba Juruena e Santa Felicidade, com atenção às exigências legais e regulatórias.

Essas medidas foram apresentadas como resposta direta aos principais problemas relatados na audiência: a baixa qualidade do fornecimento nas zonas urbanas e rurais, os atrasos nas ligações novas, a ausência de manutenção preventiva, a sobrecarga da rede e a dificuldade em acessar canais de atendimento eficientes.

O representante da AGER-MT, Marcos Costa, informou que a agência aplicou mais de R\$ 40 milhões em multas à Energisa entre 2020 e 2025 por falhas na prestação do serviço. Reforçou que a concessionária está vinculada ao plano de resultados da ANEEL, que prevê a melhoria dos indicadores de continuidade (DEC e FEC), com metas a serem atingidas até 2026. Caso não sejam cumpridas, novas penalidades serão aplicadas.

O deputado Faissal Calil enfatizou a necessidade de investimentos proporcionais à importância econômica de Mato Grosso, lembrando que o estado representa uma parcela

significativa do lucro líquido da Energisa. Reforçou que todas as demandas apresentadas serão incluídas no relatório final da Câmara Setorial Temática e encaminhadas à ANEEL, AGER-MT e aos demais órgãos competentes, com o objetivo de garantir o cumprimento das ações anunciadas pela concessionária.

A audiência foi marcada pela expressiva participação da comunidade, críticas contundentes à atuação da Energisa e apelos por mais investimentos, eficiência e transparência. Ficou evidente a urgência de melhorias estruturantes no sistema elétrico, de maior presença institucional da empresa e de um canal de diálogo direto com os consumidores, especialmente os mais vulneráveis.

12.2. Audiência Pública – Alta Floresta

A audiência pública realizada no município de Alta Floresta, no dia 23 de junho de 2025, às 17h, contou com a participação de autoridades estaduais, representantes da Câmara Setorial Temática da Energia Elétrica, vereadores da região, lideranças locais, empresários, produtores rurais, membros da sociedade civil organizada e moradores da região norte de Mato Grosso. O encontro teve como objetivo discutir a qualidade do fornecimento de energia elétrica prestado pela concessionária Energisa e buscar soluções concretas para os problemas recorrentes enfrentados pela população.

A sessão foi conduzida pelo deputado estadual Faissal Calil, presidente da Câmara Setorial Temática, que destacou a importância do evento como ferramenta de escuta ativa e fiscalização do serviço público essencial, especialmente considerando a proximidade do fim da concessão da Energisa em 2027. O parlamentar enfatizou que os lucros bilionários obtidos pela empresa em Mato Grosso não se traduzem, na prática, em melhorias proporcionais para os usuários, sobretudo nas regiões mais afastadas. Reforçou também que todas as demandas registradas nas audiências serão consolidadas em relatório final a ser enviado à ANEEL, à AGER-MT e à própria concessionária.

Durante a audiência, foram relatadas diversas deficiências no fornecimento de energia elétrica na região, tanto na zona urbana quanto nas áreas rurais. O empresário Lucas, proprietário do restaurante Paolla, relatou que sua empresa sofre constantemente com quedas de energia e que a atual capacidade da rede impossibilita o aumento da carga necessária para atender à demanda nos períodos de maior movimento, como datas

comemorativas. Em resposta imediata, a Energisa solicitou os dados do estabelecimento para viabilizar a solução do problema com prioridade.

Moradores das glebas Rio Azul e São Benedito denunciaram oscilações severas e quedas frequentes de energia, o que dificulta o funcionamento de equipamentos essenciais e compromete a produção agrícola. O senhor Laércio Ramalho, da comunidade Pista do Cabeça, relatou ter recebido cobrança acumulada de mais de R\$ 1.500, após meses sem leitura adequada do consumo. A situação gerou dificuldade financeira e insegurança. A Energisa, em resposta, comprometeu-se a realizar uma reunião com produtores da região para orientar sobre o uso de canais digitais e ferramentas de autoleitura, buscando evitar novos casos semelhantes.

Representantes do setor madeireiro, como o empresário Ednei Blasius, relataram que as frequentes interrupções e a baixa qualidade da energia têm causado paralisações em linhas de produção, elevando os custos e comprometendo a competitividade do setor. Ele alertou que, diante do crescimento acelerado da cidade, os investimentos em infraestrutura elétrica estão aquém do necessário.

A Defensoria Pública, representada pelo doutor Moacir Gonçalves, chamou atenção para o número elevado de ações judiciais contra a Energisa: mais de 250 somente nos primeiros quatro meses de 2025, a maioria movida por famílias de baixa renda afetadas por cortes indevidos, cobranças estimadas e atendimento insatisfatório. O defensor público reforçou a necessidade de um canal institucional permanente entre a Energisa e órgãos como a Defensoria, o Procon e a OAB, para prevenir a judicialização e assegurar respostas mais ágeis e eficazes aos consumidores vulneráveis.

O vereador Dida Pires, de Alta Floresta, relatou problemas estruturais na rede elétrica que têm dificultado o atendimento a empreendimentos locais. Citou como exemplo o Instituto Casulo, que realiza trabalho social com crianças e adolescentes e está há meses aguardando uma ligação de energia mesmo com toda a documentação em dia. Segundo ele, a burocracia e a lentidão da concessionária têm atrasado projetos importantes para a comunidade.

O vereador Emerson Machado cobrou explicações sobre as cobranças retroativas feitas com base em consumo estimado, situação que afeta especialmente famílias de baixa

renda que não compreendem os critérios utilizados e não conseguem arcar com os valores acumulados.

O senhor Adauto do Vale, morador do setor industrial, denunciou casos de desperdício e má gestão da rede, como postes de energia com fios desconectados, instalações precárias e demoras excessivas nos atendimentos. Também criticou a ausência de fiscalização efetiva por parte dos órgãos reguladores.

Em suas considerações finais, o diretor institucional da Energisa, Luiz Carlos Moreira Júnior, apresentou os investimentos previstos para Mato Grosso em 2025, que totalizam R\$ 1,65 bilhão. Para Alta Floresta e região, foram anunciadas as seguintes ações específicas:

- Atendimento prioritário ao restaurante Paolla, com a ampliação da carga disponibilizada;
- Levantamento técnico nas regiões rurais críticas, para viabilizar a modernização das redes trifásicas e das linhas de média tensão;
- Reforço das equipes técnicas locais, com ampliação do efetivo e reestruturação da logística de atendimento;
- Criação de um canal direto com Defensoria Pública, OAB e Procon, para resolução extrajudicial de conflitos e maior agilidade na mediação de problemas;
- Avaliação para modernização da subestação de Alta Floresta, com foco em ampliar a capacidade de fornecimento e acompanhar o crescimento da demanda;
- Substituição das empresas terceirizadas de manutenção na região norte, devido ao descumprimento de prazos contratuais e falhas recorrentes nos atendimentos;
- Nomeação de coordenadores regionais residentes em Sinop e Rondonópolis, com o objetivo de descentralizar decisões e agilizar a gestão local;
- Revisão das linhas básicas de distribuição e redes urbanas, com atenção especial às glebas Rio Azul e São Benedito, onde a qualidade da energia é crítica;
- Implantação do programa “Bem da Gente”, com ações de regularização de redes precárias e incentivo à formação de empreendedores sociais em comunidades vulneráveis;
- Fortalecimento das equipes de plantão para o período chuvoso, com ampliação do número de profissionais de manutenção emergencial.

Essas medidas foram apresentadas como resposta direta às queixas recorrentes da população, que incluem as constantes quedas de energia e oscilações no fornecimento, mesmo em dias sem intempéries, provocando a queima de eletrodomésticos e equipamentos utilizados na produção. Também foram relatadas dificuldades para ampliação de carga em empreendimentos comerciais, o que limita a expansão dos negócios locais. Outra reclamação frequente refere-se às cobranças acumuladas baseadas em estimativas de consumo e aos cortes realizados sem aviso prévio, além da falta de transparência nos processos de ressarcimento por danos elétricos. Por fim, a comunidade apontou a deficiência de equipes locais para atender de forma rápida e eficaz às situações emergenciais e realizar a manutenção preventiva da rede.

O deputado Faissal Calil reafirmou que todas as manifestações registradas serão consolidadas no relatório da Câmara Setorial Temática e encaminhadas à ANEEL, AGER-MT e à Energisa. Reiterou que Mato Grosso representa mais de 30% do lucro líquido da concessionária e que isso exige contrapartidas na forma de investimentos robustos e contínuos.

A audiência foi marcada pela forte presença popular, relatos contundentes sobre falhas no serviço e a cobrança por mudanças estruturais e imediatas. A comunidade demonstrou engajamento e preocupação com o futuro da região, exigindo da Energisa maior compromisso com a qualidade do fornecimento de energia, sobretudo em um cenário de crescimento econômico acelerado e demanda crescente.

12.3. Audiência Pública – Confresa

A audiência pública realizada no município de Confresa, no dia 9 de julho de 2025, às 17h, reuniu autoridades estaduais, representantes da Câmara Setorial Temática da Energia Elétrica, vereadores de diversos municípios da região do Araguaia, membros da sociedade civil organizada, produtores rurais, empresários e moradores locais. O evento teve como objetivo debater a qualidade do fornecimento de energia elétrica prestado pela concessionária Energisa no leste de Mato Grosso, especialmente nos municípios de Confresa, São José do Xingu, Canabrava do Norte e Santa Cruz do Xingu.

O encontro foi conduzido pelo deputado estadual Faissal Calil, presidente da Câmara Setorial Temática, que destacou a importância do diálogo direto com a população e com os representantes da concessionária. Enfatizou que a série de audiências públicas visa ouvir as demandas regionais e cobrar melhorias concretas no serviço prestado. Faissal também lembrou que a concessão da Energisa no estado se encerra em 2027 e que a qualidade do serviço prestado será um dos critérios para renovação. O parlamentar apontou ainda que a Energisa é altamente lucrativa em Mato Grosso (com faturamento superior a R\$ 7 bilhões anuais e lucro líquido acima de R\$ 1 bilhão), mas não oferece um serviço compatível com esse desempenho financeiro. Citou casos de moradores que não conseguem operar sequer torneiras mecânicas por falta de potência na rede, além de constantes quedas em bairros de Cuiabá que ocorrem mesmo com ventos leves. Cobrou a presença de equipes fixas em Confresa e a existência de uma agência física para atendimento presencial da população.

O deputado federal José Medeiros reforçou a importância de se discutir a modernização do sistema elétrico, especialmente em um estado de dimensões continentais como Mato Grosso. Criticou a politização de debates sobre fontes de energia e a dificuldade em atender regiões mais afastadas. Lembrou que muitas localidades ainda dependem de termelétricas e que o poder público precisa garantir que os serviços cheguem de forma adequada a todos os cidadãos.

Durante a audiência, diversos vereadores e moradores relataram os principais problemas enfrentados:

O vereador Elton Messias (Confresa) destacou que produtores de leite têm sofrido prejuízos frequentes por falta de energia e que a religação após quedas chega a demorar até três dias. Reforçou que há falhas recorrentes na limpeza das redes, que provocam desligamentos no período de chuvas.

O vereador Geancarlos (Confresa) denunciou o descumprimento de compromissos assumidos pela Energisa em audiências anteriores e mencionou o caso do senhor Raimundo, que ficou quatro meses sem energia na zona rural. A ligação só foi resolvida após intervenção de terceiros, evidenciando o descaso com as comunidades mais distantes.

O vereador Rodrigo Milhomem (Confresa) pontuou a demora para a troca de transformadores e para a ligação de novos padrões de energia, dificultando o desenvolvimento de pequenas propriedades e atividades como a ordenha mecânica.

O vereador Thiago de Freitas (Canabrava do Norte) relatou casos frequentes de queima de eletrodomésticos e perda de leite em virtude das oscilações de energia. Criticou o processo lento de ressarcimento por danos e a ineficiência do serviço.

O vereador Leonel (São José do Xingu) apontou que os produtores da região estão utilizando apenas metade da capacidade dos secadores por falta de potência na rede elétrica. Afirmou que a precariedade do fornecimento afasta indústrias e compromete o crescimento econômico do município.

O vereador Bebeto (São José do Xingu) cobrou o cumprimento de compromissos assumidos com o prefeito Dr. Sandro e questionou o que os parlamentares levariam de concreto como resposta à população, diante de tantas promessas ainda não cumpridas pela Energisa.

O vereador Fernando (Santa Cruz do Xingu) descreveu uma situação crítica no município, onde basta relampejar para a energia cair. Disse que, durante o período chuvoso, a cidade chega a ficar até três dias no escuro e que há postes mal instalados, inclusive no meio de quintais e ruas. Relatou também atrasos superiores a seis meses na ligação de novas unidades consumidoras.

O vereador Marcelo (Confresa) criticou a falta de investimentos na cidade, comparando a realidade local com municípios mais atendidos como Sorriso. Mencionou casos de postes mal posicionados cuja remoção foi orçada pela própria Energisa em R\$ 10 mil, mesmo quando o erro foi da concessionária. Também cobrou maior divulgação dos procedimentos para ressarcimento por danos elétricos, afirmando que a população se sente abandonada.

Moradores também fizeram uso da palavra. Wagner Mota Campos (bairro Vila Nova) relatou que a energia oscila todas as noites, impossibilitando o funcionamento de geladeiras e obrigando os moradores a dormir ao relento. Feitosa, outro morador de Confresa, questionou quais seriam os investimentos prioritários da Energisa para garantir estabilidade no fornecimento e melhorar o atendimento ao consumidor. Suarley Dias,

suplente de vereador e comerciante, relatou que a energia chega muito fraca na zona rural, danificando lâmpadas e eletrodomésticos, inclusive em visitas mensais que faz à propriedade do tio.

Em sua manifestação, o representante da Energisa, Marcus Vinícius Ostwald, reconheceu os problemas enfrentados pela população do Araguaia e apresentou os investimentos previstos para Mato Grosso em 2025, que somam R\$ 1,65 bilhão, sendo R\$ 200 milhões destinados à região de Confresa e municípios vizinhos. Em resposta aos questionamentos feitos durante a audiência, foram anunciadas as seguintes ações específicas para a região:

- Ampliação da Subestação de Confresa em 2025, com substituição do transformador atual por um de maior capacidade, elevando a potência instalada e permitindo conexão de novas cargas;
- Instalação de um novo transformador até 2027, como parte de um plano de expansão da infraestrutura elétrica da cidade;
- Construção de dois novos alimentadores rurais:
 - Um com 102 km de extensão, saindo da subestação de Espigão em direção a Santa Cruz do Xingu, para atendimento a propriedades rurais;
 - Outro com 57 km de rede, beneficiando as zonas rurais de Confresa, Canabrava do Norte, Porto Alegre do Norte e o entorno do distrito do Fontoura;
- Interligação entre alimentadores urbanos de Confresa, com redistribuição da carga para reduzir sobrecargas e problemas de baixa tensão na zona urbana;
- Reforço da estrutura operacional:
 - Dobro de caminhões disponíveis (de 5 para 12) somente em Confresa;
 - 14 equipes de caminhonete para restabelecimento de energia;
 - Equipe de linha viva própria e outras terceirizadas para manutenção sem desligamento da rede;
 - Reforço da prestadora de serviços (Grupo Jales) e mobilização da empreiteira Elcop, com equipes trazidas de Goiás para suprir carência de mão de obra;
- Ações de manutenção preventiva:
 - Mais de 700 podas realizadas apenas em 2025 (superando o total de 2024);
 - Manutenção de cerca de 1.000 conexões nas redes;

- Limpeza de faixa em mais de 100 km, com atuação em localidades como Vila Lumiar, Bridão e Goiás;
- Duas equipes fixas exclusivas para limpeza de vegetação;
- Indicadores de continuidade (DEC e FEC):
 - No conjunto Confresa: 13,32 horas de interrupção/ano e 4 quedas em média por consumidor;
 - No conjunto Confresa 34: 43 horas de interrupção e 17 quedas, com promessa de continuidade nos investimentos para reduzir esses números;
- Melhoria no atendimento institucional:
 - Apresentação de canais diretos com representantes institucionais como o colaborador Águila, para facilitar a comunicação com câmaras e prefeituras;
 - Confirmação da presença de equipes locais de poda, manutenção e restabelecimento em Confresa.
 - Marcus Vinícius admitiu que a percepção da população ainda não reflete os avanços técnicos realizados, mas garantiu que a concessionária tem compromisso com a região e que os investimentos realizados em 2025 já superaram os de 2024 — mesmo antes da metade do ano.

Essas medidas foram apresentadas como resposta direta às principais queixas registradas pela população durante a audiência, que incluíram a recorrência de quedas de energia em dias de chuva ou até mesmo com ventos moderados, a perda de produção rural — especialmente de leite — e a queima de equipamentos eletrodomésticos, a demora excessiva para ligação de novas unidades consumidoras, a ausência de manutenção preventiva e limpeza adequada da vegetação próxima à rede elétrica, além da baixa tensão no fornecimento em áreas rurais, agravada pela falta de transformadores capazes de atender à crescente demanda.

Além disso, a Energisa afirmou que está aberta a parcerias com câmaras municipais e órgãos como a Defensoria Pública, OAB e Procon, embora não tenha formalizado ainda nenhum canal exclusivo em Confresa para resolução extrajudicial de conflitos, como sugerido durante a audiência.

O representante da AGER, Marcos Costa, informou que a agência já aplicou R\$ 43 milhões em multas à Energisa entre 2020 e 2025 por falhas na continuidade do serviço.

Explicou que a concessionária aderiu a um plano de resultados da ANEEL com a meta de atingir 80% dos conjuntos elétricos dentro dos padrões de qualidade até 2026 — atualmente, apenas 60% cumprem os parâmetros. Reforçou que, caso a meta não seja atingida, novas penalizações serão aplicadas.

O deputado Faissal Calil finalizou a audiência destacando que todas as demandas e compromissos assumidos serão registrados no relatório final da Câmara Setorial Temática e encaminhados à ANEEL, AGER-MT e à Energisa, com o objetivo de garantir providências efetivas e maior transparência. Ressaltou que o Estado de Mato Grosso representa parcela expressiva do lucro da concessionária e, portanto, exige investimentos proporcionais à sua importância econômica.

A audiência foi marcada pela ampla participação popular, denúncias contundentes sobre a precariedade do serviço e apelos por mais investimentos, transparência e eficiência por parte da Energisa. Ficou evidente a urgência de modernização da infraestrutura, ampliação da capacidade instalada, reforço das equipes locais e fortalecimento dos canais de atendimento ao consumidor.

13. ENCERRAMENTO

O encerramento dos trabalhos da Câmara Setorial Temática da Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica no Estado de Mato Grosso marca um importante capítulo na atuação do Parlamento estadual em defesa do interesse público e na busca por um setor elétrico mais justo, transparente e eficiente. Instituída com a missão de diagnosticar as fragilidades do atual modelo de concessão e propor medidas concretas para seu aprimoramento, a CST cumpriu com êxito seu papel constitucional, entregando à sociedade mato-grossense um relatório técnico, plural e orientado por evidências.

Ao longo de sua jornada, a CST consolidou-se como um espaço qualificado de escuta, articulação institucional e controle democrático. Através de reuniões técnicas, oitivas públicas, audiências regionais, análise de dados regulatórios e normativos, e interlocução com agentes do setor elétrico e órgãos de controle, foi possível construir um diagnóstico detalhado dos desafios enfrentados pelos usuários do serviço público de

energia elétrica em Mato Grosso. O relatório final reflete não apenas a gravidade das falhas na prestação do serviço por parte da concessionária Energisa, mas também a desigualdade territorial na distribuição dos investimentos e a fragilidade da atuação regulatória em muitas regiões do estado.

Entre os principais resultados alcançados, destacam-se: a formulação de propostas legislativas voltadas à transparência das informações técnicas e econômicas sobre a infraestrutura elétrica no estado; a articulação com a ANEEL, AGER/MT, Ministério Público e Defensoria Pública para o fortalecimento das ações fiscalizatórias e a responsabilização por falhas contratuais; o levantamento de dados consolidados sobre os principais indicadores de continuidade e qualidade do serviço (DEC, FEC, TMA); a análise crítica do modelo de atendimento institucional e comercial da concessionária; e a defesa intransigente da geração distribuída, da energia solar e de mecanismos de democratização do acesso à energia elétrica como bem essencial.

A entrega deste relatório não representa apenas o término formal dos trabalhos da CST, mas o início de uma nova etapa de enfrentamento político e institucional, em que a Assembleia Legislativa deverá cobrar do poder concedente (União), da concessionária e das agências reguladoras respostas efetivas às demandas apresentadas. O documento ora finalizado deverá embasar ações legislativas concretas, servir de subsídio para o debate técnico sobre a renovação da concessão da Energisa em 2027, e orientar futuras iniciativas que visem garantir qualidade, modicidade tarifária, segurança jurídica e justiça energética em todo o território mato-grossense.

A CST reafirma, assim, seu compromisso com a população de Mato Grosso, com a sustentabilidade fiscal e operacional do serviço público, com a eficiência regulatória e com os princípios constitucionais que regem a prestação de serviços essenciais. Que este relatório final não seja um ponto de chegada, mas um instrumento vivo de transformação institucional, capaz de influenciar políticas públicas e assegurar que a energia elétrica, enquanto vetor de desenvolvimento e cidadania, seja prestada com respeito, transparência e responsabilidade.